

Maior e mais diverso



Crescimento da autodeclaração indígena, avanço urbano e revitalização cultural redesenham o perfil dos povos originários no país

CHRISTINA QUEIROZ


Em pouco mais de uma década, a população que se autodeclara indígena no Brasil cresceu cerca de 89%, ultrapassando 1,6 milhão de pessoas em 2022. Mais do que um salto numérico, o dado reflete mudanças profundas nos modos de identificação, na distribuição territorial e nas dinâmicas sociais desses povos. Essas transformações começaram a ser detalhadas no relatório “O Brasil indígena”, publicado no final de 2025. Elaborado a partir de uma parceria entre o Ministério dos Povos Indígenas, a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o documento reúne os principais resultados do Censo Demográfico 2022 sobre essa parcela da população.

Para a antropóloga Marta Antunes, coordenadora do grupo de trabalho de povos e comunidades tradicionais do IBGE, o crescimento da população indígena registrado no censo é multifatorial, mas está ligado a mudanças metodológicas que ampliaram a capacidade de retratar esse grupo nas estatísticas oficiais. “Houve um avanço no mapeamento de localidades indígenas, que passou a incluir aldeias e comunidades em áreas remotas e em contextos urbanos, alcançando regiões antes não mapeadas”, informa. Além disso, a aplicação da pergunta “Você se considera indígena?” foi expandida para além de territórios oficialmente reconhecidos. Dessa forma, indivíduos residentes em cidades ou fora de áreas demarcadas passaram a integrar a contagem do IBGE.

O avanço metodológico do Censo Demográfico 2022 ajudou a revelar histórias que por muito

tempo ficaram fora das estatísticas oficiais. Esse é o caso, por exemplo, do Piauí. Durante décadas, o estado foi descrito como um território sem presença indígena. “No sul do estado, comunidades como os Akroá-Gamella enfrentaram processos de dispersão ao longo do século XX. Parte dessa população foi deslocada para outros territórios, perdendo referências identitárias”, explica o historiador André Machado, da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) e um dos organizadores do livro *Povos indígenas entre olhares* (Editora Unifesp/Edições Sesc, 2022). Para a historiadora Rebeca Freitas Lopes, que atualmente faz doutorado na Unifesp sob orientação de Machado, apesar dessa dispersão, os indígenas sempre estiveram presentes na região.

Lopes nasceu e cresceu em Uruçuí, no sul do Piauí, a cerca de 450 quilômetros de Teresina, em uma região marcada por disputas fundiárias e pela expansão do agronegócio. Integrante da comunidade indígena Akroá-Gamella, ela busca compreender em sua pesquisa por que durante tanto tempo se afirmou que não havia indígenas no estado. Segundo a historiadora, esse discurso, ainda presente no imaginário local, sustenta que os povos originários teriam sido exterminados no período colonial ou assimilados à população regional, tornando-se caboclos. Em sua análise, essa construção remonta ao século XIX, quando instituições como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) ajudaram a formular um ideal de nação que apagava a presença indígena em determinadas regiões. “Houve um processo de deslegitimação étnica que serviu para justificar a apropriação de nossos territórios”, afirma. No caso piauiense, essa narrativa ganhou força tam-



Jovens da etnia Iny Karajá, da aldeia Santa Isabel do Morro, na ilha do Bananal (TO), utilizam motocicleta como meio de deslocamento

bém na política: governadores da província, ainda no período imperial, mobilizavam o argumento do desaparecimento indígena para legitimar a expansão da pecuária pelo interior. “Criou-se um imaginário de que a população do sertão era essencialmente cabocla e sertaneja, sem vínculos com identidades indígenas”, afirma.

Para Lopes, os dois últimos censos contribuem para refutar essa visão. Assim, o Censo de 2010 registrou cerca de 3 mil pessoas que se autodeclararam indígenas no estado, enquanto em 2022 o número ultrapassou 7 mil. Ela atribui essa mudança ao fortalecimento do movimento indígena no Nordeste, sobretudo a partir da década de 1990, no contexto posterior à Constituição de 1988. “Houve uma reorganização política, com a participação em congressos e a articulação com antropólogos e historiadores comprometidos com a valorização de vozes indígenas”, relata. “Grupos como os Akroá-Gamella, os Kariri de Queimada Nova e os Tabajara de Piri-piri passaram a se organizar durante esse período.”

Na avaliação do antropólogo João Rivelino Rezende Barreto, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e pertencente ao povo Tukano, o aumento da autodeclaração exige uma análise cuidadosa. “O censo traz uma questão importante: quem são as pessoas que estão se autodeclarando indígenas?”, questiona o pesquisador, cujo nome em tukano é Yúpuri. Ele ressalta que cada povo possui sistemas próprios de organização social, regras de pertencimento e formas específicas de transmissão do conhecimento. Uma de suas preocupações é o uso inde-

vido da autodeclaração para acessar direitos como cotas e bolsas de estudo em universidades. “Esses direitos são fundamentais para os povos originários, mas a identificação indígena não pode ser feita sem considerar o conhecimento da pessoa sobre as regras da própria etnia”, pondera Barreto. Nascido na região de São Gabriel da Cachoeira (AM), ele se tornou o primeiro indígena a concluir o doutorado em antropologia social na UFSC, em 2019. Cinco anos depois, voltou à universidade como professor aprovado no primeiro concurso público da instituição exclusivo para candidatos indígenas.

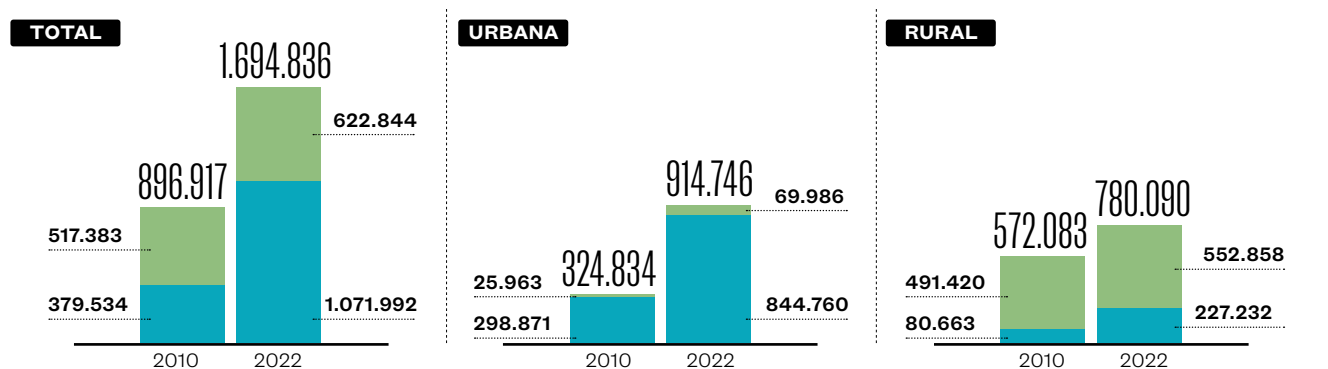
O Censo de 2022 indica que a maioria dos indígenas brasileiros vive em contextos urbanos: são 914 mil pessoas, ou 53% do total. O contingente representa um aumento de 181% em relação ao Censo de 2010, quando a população urbana somava 324 mil pessoas. Para Antunes, isso não significa um êxodo das terras indígenas, mas uma ampliação da capacidade de mensuração do IBGE. “Estamos conseguindo enxergar os indígenas que sempre estiveram nas cidades”, defende a antropóloga.

No entanto, mesmo em áreas urbanas, onde, em tese, o acesso a serviços seria maior, a popu-

Amazonas (305 mil),
Bahia (180 mil)
e Pernambuco (58 mil)
têm as maiores
concentrações
de indígenas
em cidades

Povos indígenas no Brasil

Em 2022, a maior parte desse grupo populacional, ou cerca de 914 mil pessoas, residia em cidades



FONTE: CENSO DEMOGRÁFICO 2022 (IBGE)



Indígenas da aldeia Brejo Mata Fome, em São João das Missões (MG), recebem atendimento para emitir documentos

lação indígena segue em desvantagem em relação à não indígena. “Em geral, eles vivem nas franjas das cidades, em áreas periféricas. Quando comparamos indígenas com não indígenas, a desigualdade é brutal”, enfatiza Antunes. Em termos de alfabetização, a população indígena no meio urbano apresenta indicadores mais elevados do que no rural: em 2022, a taxa de alfabetização para aqueles com 15 anos ou mais em áreas urbanas foi de 89,14%, um leve aumento comparado aos 87,71% registrados em 2010.

Ao comentar a expansão da presença indígena em contextos urbanos, o antropólogo Márcio Meira, do Museu Paraense Emílio Goeldi, destaca

que esse movimento foi impulsionado por fatores como o acesso a benefícios sociais, entre eles o programa Bolsa Família, e a ampliação das oportunidades educacionais em universidades, especialmente com a adoção de sistemas de cotas a partir dos anos 2000. O pesquisador ressalta, no entanto, que a urbanização não implica o abandono dos territórios tradicionais. “Não sabemos até que ponto essa permanência nas cidades é definitiva”, afirma Meira, que presidiu a Funai entre 2007 e 2012 e, desde os anos 1980, desenvol-

ve pesquisas sobre história indígena e políticas indigenistas na Amazônia. “O que predomina é um padrão de mobilidade pendular, em que indivíduos alternam períodos entre aldeias e centros urbanos.”

Por sua vez, o geógrafo Bernardo Mançano, da Universidade Estadual Paulista (Unesp), *campus* de Presidente Prudente, avalia que o aumento da população indígena urbana também pode estar associado com a migração forçada de territórios tradicionais.

O antropólogo Geraldo Andrello, da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), associa essas transformações ao crescimento demográfico indígena observado desde os anos 1990. “Enquanto a população brasileira aumentou a partir dos anos 1960, entre os indígenas esse avanço ocorreu 30 anos mais tarde”, explica Andrello. Segundo ele, a geração nascida nesse período chegou à vida adulta em um cenário de expansão de direitos, de forma que muitos migraram para cidades em busca de oportunidades educacionais e profissionais.

Andrello e Meira são organizadores do dossiê “Temporalidades e interações socioambientais no noroeste amazônico”, publicado em 2024 no *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi – Ciências humanas*. Um dos eixos do trabalho é analisar a intensificação da urbanização indígena na região do Alto Rio Negro, no Amazonas. “Esse processo vem se consolidando ao longo das últimas duas décadas. Em São Gabriel da Cachoeira, 92% da população urbana é indígena”, destaca

61%

do total de indígenas estão no Amazonas, na Bahia, em Mato Grosso do Sul, Pernambuco e Roraima

Andrello. Além disso, uma parcela significativa da população indígena vive hoje em pequenas cidades do interior, mantendo vínculos simultâneos com as aldeias. Para os pesquisadores, essa mobilidade não enfraquece a identidade indígena. “Assim como palestinos ou judeus mantêm sua identidade fora dos territórios de origem, os indígenas também preservam vínculos culturais e simbólicos tradicionais com a terra dos antepassados. A identidade está ligada às raízes e aos sistemas culturais, não ao local de nascimento”, assegura Andrello.

Com reflexão similar, Lopes, da Unifesp, enfatiza que a diversidade das experiências indígenas contemporâneas vai além dos territórios tradicionais. A pesquisadora lembra que em Teresina, por exemplo, há uma aldeia urbana formada por indígenas Guajajara, Timbira e Warao, sendo estes últimos migrantes da Venezuela, que chegaram ao Brasil em razão da crise política e econômica

naquele país. Situações semelhantes ocorrem em outras cidades, como Guarulhos (SP), onde vivem indígenas oriundos do Nordeste. “Muitos migram em busca de melhores condições de vida e isso não os torna menos indígenas”, sustenta.

Em sentido horário: mulher da etnia Iny Karajá faz compras em São Félix do Araguaia (MT), enquanto outra pertencente ao mesmo grupo é atendida por pajé na ilha do Bananal; vestibular indígena realizado pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)

A diversidade cultural foi outro marco do Censo Demográfico 2022, com a autodeclaração de 391 etnias, povos ou grupos indígenas. Um aumento expressivo em comparação com os 305 registrados em 2010. As etnias mais populosas identificadas foram Tikuna, Kokama, Makuxi e Guarani Kaiowá. No campo linguístico, o levantamento contabilizou 295 línguas indígenas faladas nos domicílios por pessoas a partir de 2 anos. Entre as mais difundidas estão tikuna, guarani kaiowá, guajajara e kaingang. O avanço no número de pessoas que declaram falar línguas indígenas sugere que políticas de educação bilíngue e intercultural têm produzido efeitos concretos. “Estamos assistindo ao reavivamento de línguas que foram silenciadas por séculos, sobretudo no Nordeste”, analisa Lopes.

O pedagogo Elie Ghanem, da Universidade de São Paulo (USP), observa que, ao contrário do que ocorreu no passado, as escolas em comunidades indígenas têm sido progressivamente apropriadas por esses povos. Ele ressalta que essa mudança é recente quando vista em perspectiva histórica. Em 1910, com a criação do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), o Estado



85%

dos indígenas
com 15 anos
ou mais estavam
alfabetizados
em 2022, ante
76,6% em 2010

brasileiro instituiu uma política indigenista baseada na assimilação. “O projeto era equiparar o indígena ao restante da sociedade brasileira”, detalha. Nesse contexto, as escolas implementadas nesse período seguiam modelos externos às comunidades, contrapostos às suas realidades culturais. A inflexão começou a partir da Constituição de 1988, que reconheceu o direito dos povos indígenas a uma educação específica, intercultural e bilíngue. Desde então, segundo o pedagogo, observa-se um movimento de res-

significação das instituições de ensino. “As comunidades passaram a se apropriar das escolas e a transformá-las em ferramentas úteis para seus projetos de vida”, avalia.

Com estudos sobre educação escolar indígena realizados desde 2008, Ghanem desenvolve atualmente pesquisa sobre alfabetização e diversidade sociolinguística no Alto Rio Negro, com financiamento da FAPESP. Na região, 23 povos convivem e pelo menos 19 línguas são faladas. “Nas comunidades, a rotina se inicia com uma refeição coletiva, reunindo moradores que compartilham laços de parentesco. A educação escolar indígena está profundamente conectada à vida comunitária, colaborando com processos de fortalecimento de identidades”, destaca.

Nos territórios estudados, que incluem os povos Baniwa, Koripako, Tuiuka e Kotiria, essa transformação se expressa de diversas formas. Os professores são, em grande parte, indígenas e frequentemente indicados pelas comunidades, ainda que formalmente vinculados à secretaria estadual ou municipal de Educação. Os saberes ensinados também são definidos localmente. “Há uma escolha ativa sobre quais conhecimentos devem ser passados aos estudantes”, explica o pedagogo. Segundo ele, esse processo não implica rejeição do conhecimento não indígena. Ao contrário, busca-se o equilíbrio. “Há uma valorização tanto dos saberes tradicionais quanto dos conhecimentos científicos não indígenas”, diz. Em algumas comunidades, inclusive, opta-se por modelos escolares mais próximos do ensino não indígena.

Ao mesmo tempo, o pedagogo enfatiza que a escolarização indígena enfrenta desafios estruturais persistentes. Muitas escolas estão localizadas em áreas remotas, com acesso difícil e instalações precárias. Dados do Censo Demográfico 2022 indicam que embora a taxa de analfabetismo em terras indígenas tenha recuado de 32% para 20% entre 2010 e 2022, ela segue elevada especialmente entre mulheres e pessoas mais velhas.

Parte dessas limitações decorre do próprio modelo de avaliação. “Muitos testes são padronizados e baseados no domínio do português”, observa Ghanem. Segundo ele, em contextos plurilíngues, isso produz distorções. Em muitas comunidades do Alto Rio Negro, é comum que as crianças cresçam falando mais de uma língua indígena e, às vezes, também espanhol, no caso de famílias com origem na Colômbia. “São populações políglotas, mas isso não aparece nas avaliações”, comenta o pesquisador. Nesses contextos, a alfabetização se torna um desafio adicional, dada a realidade linguística dos alunos. Além disso, a formação de professores é insuficiente para lidar com essa diversidade. “Faltam programas que contemplem efetivamente o plurilinguismo”, analisa Ghanem.

Nas cidades, onde a presença indígena cresce rapidamente, surgem novos obstáculos. Em geral, as escolas urbanas não estão preparadas para acolher esses estudantes. “Isso se traduz em dificuldades de adaptação, além de episódios frequentes de preconceito”, relata o pesquisador. Ainda assim, os avanços são significativos. Nas últimas décadas, houve expansão do número de escolas em territórios indígenas e crescimento das licenciaturas interculturais voltadas à formação de professores. “Esse movimento contribuiu para a formação de um contingente expressivo de docentes oriundos das próprias comunidades”, assegura o pedagogo.

Segundo o Ministério da Educação (MEC), o país conta hoje com 3,3 mil escolas indígenas, sendo um terço delas localizada no estado do Amazonas. No início de 2026, o governo federal anunciou investimentos de R\$ 785 milhões para a construção de 117 novas unidades em todo o país. “O retrato traçado pelo Censo de 2022 revela um Brasil indígena mais visível em sua complexidade. Ao mesmo tempo que evidencia avanços na afirmação identitária, na ampliação do acesso à educação e na presença em diferentes territórios, o levantamento também expõe limites persistentes das políticas públicas e dos instrumentos de mensuração dessa diversidade”, conclui o pedagogo. ●

Os projetos, o artigo científico, o livro e o dossiê consultados para esta reportagem estão listados na versão on-line.